

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

**DIRETRIZES PARA UM PLANO EMERGENCIAL CONTRA A
VIOLÊNCIA NA CAPITAL**

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00439

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

**DIRETRIZES PARA UM PLANO EMERGENCIAL CONTRA A
VIOLÊNCIA NA CAPITAL**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

**DIRETRIZES PARA UM PLANO EMERGENCIAL CONTRA A
VIOLÊNCIA NA CAPITAL**

OUTUBRO/1985

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gerson Camata

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
José Moraes

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Zélio Guimarães

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Cel. Wlamir Coelho da Silva

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho

SUPERVISÃO

Antônio Luiz Caus

RESPONSÁVEL

José Luiz Gobbi Fraga

ASSESSORIA

Antônio Celso Dias Rodrigues

Carlos Alberto Feitosa Perim

Cel. PM Leônidas Cunha

Cel. PM Carlos Ernesto Nascimento Rosetti

Major PM Lézio Pires da Luz

SUMÁRIO**PÁGINA**

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A SEGURANÇA	10
3. PROPOSTA DE AÇÃO INTEGRADA	12
3.1. CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE COMUNITÁRIA	12
3.2. CAMPANHAS DE ORIENTAÇÃO	13
3.3. CAMPANHA DE OTIMIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO ..	13
3.4. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	14
3.5. CIRCULAÇÃO NOTURNA DE COLETIVOS	14
3.6. GARANTIA/MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES	15
3.7. LIMPEZA URBANA	16
3.8. IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	16
3.9. IMPLANTAÇÃO DE CANAL/SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO - PREFEITURA -COMUNIDADE	17
3.10. MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE BAIRO	17
3.11. PROGRAMA PARA O MENOR CARENTE E ABANDONADO	18
3.12. PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PMV/POLÍCIA MILITAR/POLÍCIA CIVIL/VIGILÂNCIA PARTICULAR	20
4. CONCLUSÃO	31
ANEXO - MAPA	32
- Planta de Localização dos Postos Policiais no Município de Vitória.	

APRESENTAÇÃO

Este trabalho contém propostas de curto, médio e longo prazos a serem realizadas a partir da Prefeitura Municipal de Vitória, unilateralmente, ou em conjunto com outros órgãos e com as Corporações Militar e Civil, buscando minimizar o problema da segurança pública na Capital.

As propostas estão ao nível de diretrizes, uma vez que, por serem variadas, não se chegou a um detalhamento aprofundado (custos, materiais, etc), o que demandaria maior espaço de tempo para a sua complementação. De qualquer forma, elas contém o necessário à implementação das ações previstas neste trabalho e, quando da definição e priorização das medidas apresentadas, deverão ser melhor trabalhadas e elaboradas, colocando-se o Instituto Jones dos Santos Neves à disposição para o detalhamento e enriquecimento do trabalho.

1.

INTRODUÇÃO

Nas pesquisas recentes de opinião pública a segurança tem despontado como a maior das preocupações da população de Vitória.

A questão é complexa. As causas de insegurança são muitas e de origem estrutural. Os problemas sociais de desemprego, habitação, educação e saúde, são fatores que precisam de iniciativas urgentes e constantes, não no âmbito isolacionista da comunidade, do poder municipal ou estadual, mas na redefinição, a nível federal, das políticas públicas adotada para esses setores.

De qualquer forma, vale uma abordagem atualizada sobre a questão, tentando levantá-la e detectá-la a nível da sociedade capixaba e das transformações ocorridas em nossas cidades e da estruturação dos meios de geração e combate do problema.

O elevado índice de criminalidade verificado na Grande Vitória e a flagrante carência de recursos humanos e materiais por que passa o Poder Público, vem diuturnamente aumentando a sensação de insegurança e desconforto da sociedade capixaba.

O Estado do Espírito Santo ao receber o impacto de um crescimento vertiginoso nos aspectos sócio-econômicos, através dos grandes projetos, sente-se manifestamente impotente para atingir ao grau de otimização em suas tarefas principais, notadamente no campo da saúde, educação e segurança pública.

Nas três últimas décadas, observa-se nitidamente um verdadeiro êxodo rural das populações que, no afã de buscarem outras alternativas de subsis

tência, motivados por diversos fatores, acercam-se dos grandes centros urbanos, principalmente a Grande Vitória, construindo residências precárias e em áreas de difíceis possibilidades.

Essa realidade, que não é só privilégio de nosso Estado, cria para as administrações públicas consequências imprevisíveis e estarrecedoras, face às constantes desagregações propiciadas por essa corrida desenfreada do homem do campo em busca da venda de sua força de trabalho nas grandes cidades.

As aglomerações urbanas em condições subumanas constituíram-se em verdadeiros **bolsões de miséria**, onde a criminalidade, a subnutrição e a falta de uma educação eficaz revelam-se cada dia mais graves, extravasando a área desses aglomerados para atingir invariavelmente à família e ao patrimônio capixabas.

Esse crescimento sócio-econômico inconsciente e desajustado não encontrou no Poder Público condições e normas disciplinadoras capazes de dotá-lo de um processo dinâmico e gradual de assistência, já que raramente o Estado adota uma política de antecipação aos fatos que lhes são próprios, preferindo agir de forma repressiva e acomodadora, trazendo assim um incomensurável ônus social para seus dirigentes.

Esses fatos tendem a aumentar com o crescimento da população flutuante que diuturnamente toma os arredores de nossa Capital, nessa busca incessante e desorganizada de tentar salários mais compensadores junto aos projetos industriais.

Os sucessivos fatos delituosos ocorridos no centro urbano de nossa Capital, principalmente os relacionados com a dilapidação do patrimônio público e privado, emergiram em incontáveis apelos e manifestações de clas

ses sociais, a fim de que seja dada uma solução madura e real a esse clima de insegurança e insatisfação, através do Poder Público Estadual.*

*ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Segurança Pública. **Segurança Pública: Proposta para Aperfeiçoamento do Sistema**. Vitória, SESPS, 1981.

2.

A SEGURANÇA

O Novo Dicionário Aurélio conceitua a **segurança** como, entre outros, **estado, qualidade ou condição de seguro**. A seguir, esclarecemos essa **condição** a partir dos significados de **livre de perigo; livre de risco, protegido, acautelado, garantido** do termo **seguro**.

Como vimos, segurança é, também, um estado psicológico que influencia diretamente o desempenho e a participação do ser social, na medida em que encontra garantias de bem-estar no dia-a-dia cidadão.

Dessa forma, a questão da segurança, passa necessariamente, por quatro níveis de estruturação:

- 1 - Comunitário
- 2 - Municipal
- 3 - Estadual
- 4 - Nacional

No primeiro nível, entende-se que os grupos humanos, devem, até por instinto, proteger-se a si próprios. É a preservação in-consciente da espécie. Nesse sentido, as atividades comunitárias (culturais, associativa, desportivas) têm fundamental importância na medida em que intensificam o convívio e o relacionamento dos diferentes grupos humanos.

O segundo nível, o poder municipal, através de seus instrumentos legais e prestação de serviços públicos, é visto como um braço capaz de implantar equipamentos e regulamentar serviços, de forma a oferecer uma estruturação das necessidades e do atendimento coletivo (saúde, transporte, circulação, iluminação, etc.).

No terceiro nível, está situado todo o aparato policial, militar e outros, que são de competência do Estado e que devem ser permanentemente planejados, remanejados, visando a execução de ações programáticas, atacando os focos de geração da violência (sem reproduzi-la) e levando, com a presença da figura do **policial**, a certeza da segurança.

No quarto nível, situamos as políticas nacionais de salários, exploração da terra, trabalho, saúde, habitação, educação, etc., que são as responsáveis pelas condições e pela qualidade de vida da população brasileira, na verdade, a base da condição de segurança de uma nação.

Com isso, identificamos o campo de atuação de cada um dos envolvidos na questão da segurança.

A seguir, apresentaremos algumas propostas de ação integrada, a serem de flagradas pela Prefeitura Municipal unilateralmente ou em Convênios com outros órgãos e instituições.

3.

PROPOSTA DE AÇÃO INTEGRADA

As proposições a seguir deverão ser fruto de convênios com outras entidades, de forma a se envolver a comunidade como um todo nesse verdadeiro **Plano Emergencial contra a Violência Urbana.**

Com o objetivo de retomar e ampliar os laços de amizade e de orientar à população da Capital propomos a realização de algumas campanhas, a saber:

3.1. CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE COMUNITÁRIA**3.1.1. DESCRIÇÃO**

Convênios com os órgãos de comunicação em geral, visando incentivar o convívio comunitário.

3.1.2. TEMA

Seu vizinho, seu amigo.

Confie no seu vizinho: você poderá precisar dele.

Participe das festas da sua rua. Você ficará mais alegre e seus vizinhos mais felizes.

3.2. CAMPANHAS DE ORIENTAÇÃO

3.2.1. DESCRIÇÃO

A Prefeitura, em acordo com as instituições envolvidas, deve deflagrar, junto (através de convênios de colaboração) aos órgãos de comunicação em geral, campanhas de orientação à população, propondo medidas preventivas no âmbito da segurança.

3.2.2. TEMA

Se todos saírem de casa, à noite, deixe uma luz acesa.

Sua rua está mal iluminada? Disque () que a Prefeitura Municipal de Vitória resolve esse problema.

A lâmpada da sua rua queimou? Disque () a ESCELSA espera seu chamado para poder ajudá-lo.

3.3. CAMPANHA DE OTIMIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

3.3.1. DESCRIÇÃO

Para este tipo de orientação, será necessário uma modificação nas funções do **módulo de policiamento**, através da Corporação Militar, auferindo-se novas atribuições (de informação e apoio à comunidade) a este tipo de serviço. Para isso será necessário o treinamento dos policiais e a confecção de mapas do Estado e da capital, com dados indicativos.

3.3.2. TEMA

Se você ou sua família viajar, avise ao módulo policial mais próximo. Eles guardarão sua casa.

Qual a Farmácia de Plantão? Não fique em dúvida. Peça ajuda a um policial. Ele está preparado para informá-lo.

Qual a distância entre Vitória e Rio de Janeiro? Não dique em dúvida! Peça ajuda a um policial: ele está preparado para informá-lo.

3.4. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A PMV, em conjunto com a ESCELSA, deve fazer um levantamento das áreas (núcleos residenciais existentes e novos) não providas de iluminação. Esse diagnóstico dará origem a uma ação programada de implantação de iluminação pública, a partir de definições de prioridade, densidade demográfica etc.

Outra ação, nesse mesmo setor, é a de melhoria de áreas mal iluminadas. Sugere-se uma fiscalização mais efetiva com relação a esse serviço público.

3.5. CIRCULAÇÃO NOTURNA DE COLETIVOS

Essa prática traz segurança nas áreas por onde trafega o ônibus. Entendendo-se a complexidade dessa medida, que envolve empresários do setor privado e instituições do poder público, deve ser discutida ao nível da segurança e do bem-estar do cidadão, envidando-se esforços conjuntos (Poder Público, empresários e comunidades) para apresentar alternativas a

essa demanda de nossa população.

3.6. GARANTIA/MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES

A compressão e a verticalidade, características do nosso crescimento urbano, têm reduzido os espaços de circulação dos pedestres no centro da Cidade. Calçadas estreitas, tráfego intenso, construções ocupando as calçadas, carros estacionados sobre o passeio, camelôs, enfim, uma gama de fatores que transformam o ato de se locomover a pé pelo centro de Vitória em uma tarefa difícil, incômoda e, por vezes, perigosa.

Sugerimos:

3.6.1. Ampliação de calçadas.

3.6.2. Implantação de calçadas.

3.6.3. Preservação das áreas de vivência comum (praças, parques, espaços abertos etc).

3.6.4. Implantação de abrigos iluminados, luz externa incidente, nos locais de parada dos ônibus.

3.6.5. Rigor na fiscalização de obras que ocupam o passeio público.

3.6.6. Rigor na fiscalização de veículos estacionados sobre as calçadas.

3.6.7. Arborização permanente.

3.6.8. Implantação de ruas exclusivas de pedestres (calçadões).

3.7. LIMPEZA URBANA

3.7.1. A eficiência dos serviços de coleta de lixo, em áreas planas e morros, varrição de ruas, praças, praias, lavagem de escadarias, entre outros, sem dúvida alguma oferece sensação de segurança e higiene aos moradores de uma determinada cidade, além de contribuir para a preservação do patrimônio público.

3.7.2. Outro problema detectado em Vitória é com relação aos terrenos baldios, assim preservados com fins de especulação imobiliária. Essas propriedades deveriam ser rigorosamente fiscalizadas pela PMV, exigindo-se a sua limpeza e induzindo (através de impostos) uma urgente destinação para essas áreas.

Deve-se, também, construir muros de pequena altura, que oferecem disciplina ao espaço urbano e, também, não permitem o esconderijo de ladrões.

Cabe ressaltar a influência negativa que exercem os terrenos baldios sobre a população urbana. Na medida em que boa parte dessa população vive em morros e mangues ou em locais consideravelmente distantes do local do trabalho e vê, diária e permanentemente, terrenos sem ocupação, sujos, servindo como depósito de lixo, em áreas centrais do aglomerado urbano, faz emergir sentimentos de revolta e passíveis de manipulação conflituosa.

3.8. IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Construção e implementação de postos de saúde, escolas e creches, notadamente em áreas de pobreza mais acentuada, como forma de diminuir as diferenças sociais, garantindo à população oportunidades de escolarização, saúde e trabalho.

3.9. IMPLANTAÇÃO DE UM CANAL/SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO - PREFEITURA-COMUNIDADE

Essa prática traz conforto à população, uma vez que esta tem a certeza de uma comunicação direta com aqueles que lidam com os meios de decisão. Medida de grande alcance político, traz reflexos imediatos na programação de serviços, colaborando com a função de planejamento.

A proposta é instalar um serviço de telefone gratuito (número com três dígitos, podendo ser chamado de qualquer ponto do município) no Gabinete do Prefeito e, ali, seria feita a recepção da mensagem/reclamação/reivindicação por um profissional da área de planejamento, que procederia aos meios necessários para distribuição da demanda aos setores competentes, após avaliação das solicitações recebidas durante o dia, em conjunto com o Prefeito (as demandas deverão, inclusive, ser mapeadas, para facilitar a integração dos diversos setores e serviços da PMV).

3.10. MELHORIA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE BAIRRO

Instalação de telefones públicos, sistema de fichas pré-adquiridas, nas áreas carentes e/ou hoje desprovidos, em locais protegidos (Centro Comunitário, **birosca** de pessoa da comunidade) ou próximos ao módulo de policiamento, com disponibilidade de informações, de forma a permitir às pessoas dos bairros mais pobres uma comunicação rápida em casos de emergência. Esse serviço pode ser fruto de um planejamento conjunto Secretaria de Ação Social da PMV e TELEST, com a participação das comunidades.

3.11. PROGRAMA PARA O MENOR CARENTE E ABANDONADO

Identificando-se como estruturais as causas dos desajustes sociais, verifica-se a quase impossibilidade do Poder Executivo Municipal atuar com eficácia objetivando solucionar o problema. Há que se agir sobre as causas e não sobre os efeitos. Entretanto, algumas ações paliativas podem ser deflagradas.

- 3.11.1. Implantação de hortas escolares municipais, como atividade para as crianças, sendo que a produção deve ser obrigatória e igualmente distribuída entre as crianças ou aproveitadas para reforço da merenda.
- 3.11.2. Adequação realística do currículo escolar, inserindo-se a história e o conhecimento da comunidade e do bairro em que está inserida a criança.
- 3.11.3. Oficinas de marcenaria, teatro, costura, artes plásticas etc, nas escolas e nos Centros Comunitários, voltadas exclusivamente para os menores, de forma a despertar o gosto pelo aprendizado e pelo trabalho, criando condições de profissionalização das crianças em maior idade. Importante dizer que a renda da produção dessas oficinas deve ser igualmente distribuída com as crianças.
- 3.11.4. Oferta e realização gratuita de exames laboratoriais e outros. A PMV, através de seus centros escolares, pode deflagrar uma campanha preventiva no âmbito da saúde, propondo-se a custear e operacionalizar exames clínicos de grande importância para a saúde da criança (fezes, urina, sangue, oftalmológico, pele etc).

Acreditamos que essas ações podem ser executadas em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde e UFES, objetivando, inclusive, o fornecimento de medicamentos e acompanhamento, quando for o caso.

- 3.11.5. Com relação ao menor abandonado (em grande número pelas ruas do Centro de Vitória) há que se buscar um programa junto ao IESBEM de absorção, triagem e reintegração dessas crianças.

Nesse trabalho, não nos deteremos em especificar um programa, por acreditar que, no caso do menor abandonado, apenas uma radical redistribuição da renda poderá reverter o quadro de desagregação familiar hoje verificado.

No entanto, ousamos sugerir a criação de uma fazenda-modelo, ao nível municipal, em regime de internato, para alocação de menores abandonados e de externato, criando condições de participação da comunidade da região. Como exemplificação, citamos o trabalho desenvolvido na **Gritza**, em Domingos Martins, pelo Doutor em Psicologia Sr. Helvécio Siqueira, cuja experiência trouxe resultados bastante satisfatórios com relação à profissionalização, conscientização e reintegração da criança abandonada. Resaltamos, enfim, que a terapia ocupacional tem mostrado muita eficiência no trato com menores carentes e/ou abandonados (e até com doentes mentais), merecendo ser incentivada a nível de Governo.

3.12. PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PMV/POLÍCIA MILITAR/POLÍCIA CIVIL/VIGILÂNCIA PARTICULAR

3.12.1. INTRODUÇÃO

O sistema policial do Estado encontra-se alicerçado nas atividades desenvolvidas pelas polícias Civil e Militar. Ambas as instituições, no entanto, passam por inúmeras carências de recursos humanos e materiais, que as tornam defasadas com o contínuo crescimento sócio-econômico da região.

Por outro lado, a flagrante competição da iniciativa privada com o Poder Público tem causado uma verdadeira fuga do funcionário público, principalmente o policial militar que, desestimulado pelos poucos salários, excesso de desgaste psíquico-orgânico ocasionado pela própria função e rigidez da disciplina que a corporação lhe impõe, ocorre em busca de novas oportunidades, esvaziando ainda mais o quadro de pessoal da PM.

Entretanto, se a Polícia Militar, mesmo com suas deficiências, após a implantação dos **módulos de policiamento ostensivo**, tem executado um trabalho que merece o aplauso da comunidade capixaba, a Polícia Civil, por sua vez, não tem condição de atuar, através da Polícia Judiciária, por falta de meios e de recursos humanos capacitados, levando aqueles que a procuram a um clima de tensão e insegurança pelo atendimento recebido.

Tais deficiências têm tornado nossa polícia dependente de métodos obsoletos e improvisados. Essas características, ultrapassando as fronteiras do Estado, estimulam a frequência ainda maior de marginais oriundos de outros estados da Federação, onde as instituições policiais, por suas ações decisivas e planejadas, impõem esta constante fuga para centros menos repressivos e tecnicamente carentes. Comum tem sido encontrar nos jornais o desbaratamento de braços de quadrilhas de âmbito nacional que,

a par de nossas dificuldades, aqui instalam verdadeiras **filiais do roubo e do crime.**

A questão do efetivo (contingente) policial, tanto civil quanto militar é preocupante. Além de ser bem menor do que o tecnicamente necessário (considerando-se critérios como densidade demográfica, grau de urbanização, de serviços, de ocorrências policiais etc), a Polícia Civil lança mão dos quadros da Polícia Militar para a complementação de seu pessoal, desvirtuando e desfalcando a PM no cumprimento de suas funções.

Diante desse quadro não muito promissor da área policial, surge um fator que deve preocupar não só a Administração Estadual, como também as autoridades federais do País: referimo-nos ao aumento cada vez maior de instituições de vigilância particulares com atribuições de pessoal **assementadas** aos da organização policial pública, valendo dizer que, o efetivo particular hoje empregado em organizações comerciais, industriais e congêneres, mesmo que desconhecido em sua exatidão numérica, aproxima-se do total de pessoal da Polícia Militar e ultrapassa, longe, o efetivo da Polícia Civil.

Se considerarmos que tais organizações, alheias a disciplina, ideais e tradição perante a sociedade capixaba, lançam abruptamente no mercado de trabalho uma mão-de-obra desqualificada e intencional e exclusivamente voltada para a atividade mercantil, ou seja, a captação desenfreada de lucros, sem que o Poder Público, por sua carência de recursos, imponha uma norma de conduta dentro dos ditames instituídos pelos Governos Federal e Estadual para o controle de tais empresas privadas, temos um quadro vulnerável e de desgaste perante a opinião pública, na medida em que, despreparadas, essas empresas não se integram ao sistema de segurança vigente.

Definir claramente as funções e atribuições de cada setor da segurança pública e privada, no sentido de sua otimização e atuação integrada horizontalmente torna-se necessário em nossa época. Preparar jurídica, cultural, instrumental e socialmente nossas polícias públicas e vigilância privada constitui-se uma emergência para se evitar erros e ações ridículas, atuando nos níveis preventivos de forma eficaz, e repressivos, quando estritamente exigidos pela Lei. Valorizar a carreira policial, seja militar ou civil, para se evitar o descompromisso e leviandade de seus integrantes, bem como garantir a permanência de indivíduos profissionalmente capacitados, modificando o aspecto empreguista e transitório do recrutamento e aproveitamento de recursos humanos.

3.12.2. SISTEMA DE POLICIAMENTO URBANO

O sistema modular e ostensivo, que apesar de precário, tem funcionado com bons resultados, apresenta sensível diminuição do índice de violência e assaltos nos locais onde se encontram instalados os chamados **módulos de policiamento ostensivo**.

Hoje, em Vitória, existem cerca de 14(quatorze) desses módulos (mapa anexo) e 5(cinco) Destacamentos Policial Militar (DPM).

Os turnos, os equipamentos e as guarnições são diferentes para o módulo e para o DPM.

O módulo com formato hexagonal, construção em alvenaria do próprio Estado, com dimensões reduzidas, localizados em áreas abertas (praças, morros, praia), possuindo um banheiro e desprovido de instrumentos de comunicação, veículos tem uma função de posto de vigilância policial, com turnos de seis horas, cumpridos por 4 grupos de seis policiais (diferentes patentes), subordinados à um comandante e um subcomandante, totalizando, quan

do funcionando integral, cerca de 26 profissionais.

Os DPM, instalados em imóveis com maior número de cômodos, possui maior efetivo (aproximadamente 12 a 15 pessoas, que cumprem jornada de 24h, folgando 48h) e dispõe, normalmente, de cubículo, sala, alojamento, banheiro etc, com funções mais amplas e mais capacitadas do que a de simples vigilância. Existe ainda um módulo **volante**, instalado em um **trailer** que fica parado em Fradinhos. Interessante a utilização de um espaço móvel para funcionar como módulo de policiamento ostensivo. Isso deveria permitir o seu deslocamento constante e sempre planejado, levando a segurança a outras áreas do município, sempre em rotatividade, mas não acontece, por falta de carro para reboque.

Esse sistema urbano (DPM e módulos), da competência da Polícia Militar, é reforçado pela estrutura da Polícia Civil.

As Delegacias Distritais no Município de Vitória são em número de 07 (sete) e estão assim distribuídas: Centro de Vitória, Vila Rubim, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Praia do Canto, Goiabeiras, havendo outras 16 (dezesesseis) localizadas nos demais municípios que compõem a Grande Vitória.

Temos, ainda, na esfera da Corporação Militar, o Corpo de Bombeiros (sediado na Capital com área de atuação na Grande Vitória), a Rádio Patrulha (que emprega considerável número de policiais com atuação em toda a Região da Grande Vitória), Guarda de Trânsito (com funções bem definidas) e a Companhia de Guarda, responsável pela vigilância de prédios e instituições públicas, hospitais etc, também para a Grande Vitória. Com isso, temos traçado o perfil do sistema policial do Município de Vitória e responsável pela segurança na Capital.

Existe ainda todo o sistema particular de vigilância, que não vamos nos

aprofundar, uma vez que, caracterizada como atividade mercantilista, sem base social, não há propriamente vigilância por parte das pessoas empregadas para esse trabalho, caracterizados como mão-de-obra desqualificada, e não treinada para a função. Não há estruturação espacial dos serviços e nem colaboração com a comunidade ou com o sistema policial existente.

3.12.3. SISTEMA MODULAR MÓVEL DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Os módulos fixos existentes cumprem sua função. O fato de ser fixo, no entanto, está a exigir, sempre que surge um novo núcleo populacional, a construção de um novo módulo, o que, considerando-se os custos, é de difícil realização. A sugestão é a aquisição de módulos móveis (**trailer**) e carro para as transferências, devendo se selecionar as áreas de implantação/inserção no policiamento volante planejado.

A localização dos módulos, para fins de implantação em uma área qualquer, é feita considerando-se:

- a) densidade populacional;
- b) incidência de ocorrências policiais em geral;
- c) concentração de estabelecimentos comerciais e bancários suscetíveis da ação de assaltantes;
- d) existência de estabelecimentos de ensino e de terminais de coletivos;
- e) concentração de pessoas, como praças, parques, estádios, etc.

Para fins de planejamento, quantificação e orçamentação as áreas de cobertura dos postos são determinadas observando-se os seguintes parâmetros:

- a) em área central urbana, com grande concentração populacional flutuante, grande número de estabelecimentos comerciais e bancários e de intenso tráfego, o posto é responsável pela cobertura de uma área

circular com 500 a 1000 metros de diâmetro;

- b) em área de transição na periferia do centro comercial urbano, de menor movimentação e menor incidência de estabelecimentos comerciais de porte, o posto é responsável pela cobertura de uma área circular de 1000 a 2000 metros de diâmetro;
- c) nos bairros, o posto cobrirá uma área circular de 2000 a 3000 metros de diâmetro.

3.12.3.1. Guarda de Quarteirão

Uma prática antiga, de grande confiabilidade, e reclamada pela comunidade, é o retorno do **Guarda de Quarteirão**. Normalmente figura conhecedora dos membros de uma comunidade, esse tipo de policial tem condições de exercer com mais competência suas atividades, na medida em que se insere na rotina de uma determinada área, podendo, dessa forma, detectar com rapidez quaisquer anormalidades, e aqui sempre em respeito às leis e com o apoio da comunidade de seu **quarteirão**.

3.12.4. MELHORIAS NO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E DE LOCOMOÇÃO DOS MÓDULOS E DOS POLICIAIS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

A falta de **hand-talkies** para os policiais e de meios de comunicação com as centrais de polícia é uma das características do atraso vivido pela PM, responsável, entre outros, pelo policiamento da capital.

A instalação de telefones públicos em todos os módulos constitui uma medida de apoio necessária e de viabilidade junto a TELEST. Os aparelhos seriam, inclusive, protegidos das comuns depredações por se encontrarem sob a guarda de autoridade competente.

Além disso, serviria à comunidade de entorno que teria a garantia de encontrar, junto ao módulo policial, um aparelho telefônico em condições de funcionamento, tarefa nem sempre fácil em momentos de necessidade.

Com relação à locomoção, a carência é grande e constata-se a falta de veículos de toda a espécie.

No entanto, existe uma alternativa de baixo custo e que, sendo inovadora, pode ser implantada em caráter experimental.

Trata-se da utilização de bicicletas para o policiamento ostensivo. Maiores distâncias poderão ser observadas em menor tempo, havendo apenas o inconveniente de ladeiras (hoje minimizado com a bicicleta de dez marchas) e os morros, onde o percurso a partir de certo ponto, passaria a ser feito a pé.

As bicicletas, seriam, então, estacionadas, com segurança, para se evitar surpresas e depois retomadas.

Os bairros mais distantes da área central do Município oferecem próprias condições para implantação dessa medida.

Indicamos contatos com fabricantes para possível patrocínio ou preço reduzido, mediante visualização da marca para divulgação no próprio (módulo) veículo.

3.12.5. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Formação, capacitação e reciclagem de recursos humanos nas áreas de legislação, informações sócio-turísticas-culturais, táticas e estratégias,

escolarização etc podem ser realizadas através do organismo próprio da Polícia Militar.

Há que se ampliar o universo cultural dos homens da lei, de forma a que estes estejam adaptados aos novos tempos e às tecnologias para o cumprimento de suas funções, atuando num melhor nível de relacionamento com a comunidade e com a verdade científica.

São ainda frequentes os casos de desrespeito aos direitos humanos e o desconhecimento de métodos por parte dos profissionais da segurança pública.

3.12.6. PROGRAMA DE DESBUROCRATIZAÇÃO

As polícias encontram dificuldades de ação na medida em que são atrelados a normas demasiadas burocráticas na área da realização administrativa. Ora, se um determinado fato exige uma mobilização e transporte rápido, o mesmo não ocorre com os procedimentos internos no âmbito das corporações, inclusive nos serviços prestados à comunidade, contribuindo para o desgaste da imagem dessas instituições públicas.

Há que se buscar um programa de modernização administrativa junto ao Governo do Estado (Secretaria da Administração) para que a agilidade do atendimento e da ação, bem como a melhoria dos níveis de conscientização e de serviços à comunidade, tenha início no interior da própria organização policial, alcançando credibilidade pública.

3.12.7. IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA DE POLÍCIA CIVIL

A Polícia Civil capixaba tem deixado a desejar no desempenho de seu papel. Problemas inerentes a sua estruturação e rotina contribuem para comprometer a sua eficiência.

Falta de técnica e de tecnologias. Desconhecimento ético e dos direitos civis, métodos obsoletos e carência de pessoal especializado. Admissão, disciplina e ideologia da própria organização policial civil não são fatores muito considerados.

Os regimes diferenciados de contratação de pessoal - estatutário e celetistas - influem diretamente no comprometimento da ação profissional a normas e leis que a regem e a instruem. Se o primeiro possui um maior comprometimento com a organização policial como um todo, o celetista possui a natureza transitória e empreguista, sempre possível de demissão na busca de outro emprego mais tranquilo e de remuneração semelhante - não muito difícil diante dos baixos salários do quadro.

Nossa proposta é a utilização e programação urgente de cursos em todos os níveis para os policiais civis, tornando-os aptos para a função que devem desempenhar junto a polícia judiciária e a população.

Crimes insolúveis, corrupção, abuso de poder, entre outros, não perduram se houver o salto qualitativo tanto da consciência quanto dos métodos, técnicas e instrumentos conhecidos e aplicados pela Polícia Civil capixaba.

3.12.8. ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PARTICULAR COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O efetivo empregado pelas empresas de vigilância particulares, apesar de grande numericamente, não é adestrado para as atividades requeridas pela função. Bem como, não há controle do pessoal admitido, mesmo sabendo-se que esses elementos passarão a atuar com equipamentos de significativa periculosidade (revólveres), com razoável poder de repressão.

Dessa forma, acreditamos que apenas a utilização da Secretaria de Segurança Pública, através da Escola de Polícia Civil, poderia suprir a carência de treinamento do pessoal de vigilância particular. Em verdade, a empresa prestadora de serviços seria a responsável pelo treinamento e pelo financiamento deste, em convênio com a SESP. Somente após a aprovação e licenciatura do treinando, a Secretaria expediria uma **carteira de habilitação para a função de vigilante**, quando, então, a empresa efetivaria a contratação do profissional já capacitado.

A vigilância particular, no entanto, quando no exercício de suas funções, limita-se a vigiar estritamente o prédio ou a empresa que a contratou. Acreditamos que, num acordo de cooperação operacional, esses profissionais poderiam passar a guardar as áreas circunvizinhas ao seu ponto-base de vigilância. Tal medida não operaria financeiramente e tampouco prejudicaria o cumprimento dos serviços contratados. Esse aspecto de colaboração pode ser ministrado sistematicamente no proposto curso de habilitação de vigilantes, a ser ministrado, permanentemente, pela Escola de Polícia Civil, hoje desativada.

4.

CONCLUSÃO

As medidas aqui propostas tem sua realização prevista para curto prazo. Outras demandam tempo maior para sua efetivação. Aliás, não apenas tempo, mas todo um trabalho de reorganização e ampliação da consciência profissional, o que somente será possível se houver a participação decisiva das instituições responsáveis pela segurança pública no Município de Vitória. Entretanto, cumpre-nos ressaltar que as propostas aqui contidas não se constituem em **super-tarefas**, mas algumas diretrizes básicas que, se adotadas em conjunto, poderão minimizar fundamentalmente o confuso e problemático quadro de insegurança hoje constatado na Capital do Estado.

Entretanto, e como afirmamos em nossa abordagem no início deste trabalho, entendendo-se as causas dos desajustes sociais como de natureza estruturais, propomos a composição de um grupo de trabalho com os seguintes profissionais, para a formulação de um programa mais detalhado:

- 01 Sociólogo
- 01 Psicólogo
- 01 Assistente Social
- 01 Advogado
- 01 Policial Civil
- 01 Policial Militar

Propomos, também, ampliar a discussão da matéria com entidades como a Associação de Polícia Civil, Centro de Estudos Psiquiátricos, IESBEM, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, entre outras envolvidas ou interessadas no assunto.

Finalizando, registramos nossa preocupação com as deficiências dos presídios e cadeias públicas, inclusive com relação a suporte numérico, hoje superlotados e potencializadores da violência. Sugerimos, dessa forma, a construção, manutenção e ampliação de módulos, DPM's, Delegacias e Presídios Públicos, como forma de melhor se cumprir o objetivo de inibir a violência e readaptar o cidadão infrator.

ANEXO - MAPA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS POLICIAIS NO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA

